

**ATA DA 262ª REUNIÃO
REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE JUNHO DE 2000**

Aos vinte e seis e vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se, em Fortaleza - CE, no Caesar Park Hotel Fortaleza, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Após a apresentação da Camerata da UFC e de exposição de vídeo sobre Fortaleza, o Presidente, Dr. Ariosvaldo de Campos Pires, saudou a presença de inúmeras autoridades, entre as quais: Dra. Elizabeth Sússekink, Secretária Nacional de Justiça, representando o Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Gregori; Dra Rosângela Magalhães de Almeida, Diretora do DEPEN/MJ; Dra Sandra Dond, Secretária de Justiça do Estado do Ceará; Dr. Luis Djalma Barbosa Bezerra Pinto, Procurador-Geral do Estado; Dr. Raul Araújo Filho, Procurador-Geral Adjunto do Estado; Dra. Nívea de Matos Nunes Rolim, Defensora Pública Geral do Estado; Dr. Haroldo Máximo, Juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas; Dr. Paulo Quezado, Presidente da OAB-CE; Dr. Fausto Barreira de Gustavo Braga e Dr. José Jucá Neto, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho Penitenciário do Estado; Dr. Francisco Antonio Nogueira, Procurador Chefe da Procuradoria Judicial da PGE e Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Ceará; Dr. Amadeu Gomes de Barros Leal e Dr. Vasco Damasceno Weyne, Advogados; Dra Mônica Azevedo, Promotora de Curitiba/PR. De igual modo, saudou os Conselheiros presentes, a saber: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, César Oliveira de Barros Leal, Cassio Castellarin, João Benedicto de Azevedo Marques, Licínio Leal Barbosa, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Tício Lins e Silva, Vera Regina Müller e Vetuval Martins Vasconcelos. Justificaram a ausência os Conselheiros: Eduardo Reale Ferrari e Zélia Oliveira Gomes. O Presidente parabenizou o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal pela organização do evento e pelos presentes oferecidos, e a todos aqueles que contribuíram para que se realizasse em Fortaleza a reunião do Conselho. Passou, em seguida, a presidência dos trabalhos à Dra. Elizabeth Sússekink, que falou sobre os três eventos programados (Reunião do CNPCP, Seminário Regional sobre Penas Alternativas e VI Fórum Nacional de Direito Penitenciário), assim como sobre a importância de realizar, em diferentes regiões do país, seminários que versem sobre as penas restritivas de direito, dirigidos de modo especial a juízes, promotores, defensores públicos e advogados. Falou, ainda, da criação da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça/MJ. Agradeceu ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e as entidades que apoiaram o encontro pela perfeita organização. Dando início à solenidade de posse, foi empossada a Conselheira Eleonora de Souza Luna como membro suplente e reconduzido o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia como membro titular. O Presidente cumprimentou e saudou os Conselheiros, solicitando a assinatura dos termos de posse. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia agradeceu por sua recondução e saudou a nova Conselheira. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Licínio Leal Barbosa que saudou a recondução do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia e a chegada ao Conselho de uma representante de Pernambuco, Eleonora de Souza Luna, Professora Universitária, Promotora de Justiça e a continuadora da obra de seu pai, o saudoso Everardo da Cunha Luna, representante lídimo da cultura penal de seu Estado. Propôs voto de louvor aos organizadores do evento, assim como a cada uma das entidades apoiadoras. Aprovado à unanimidade. A Conselheira Eleonora de Souza Luna agradeceu as palavras dos Conselheiros Frederico Guilherme Guariglia e Licínio Leal Barbosa, manifestando seu contentamento por passar a integrar o Conselho, ao qual pertencera seu saudoso pai. Com a palavra, a Dra Elizabeth Sússekink relatou o desfecho de um seqüestro no Estado do Rio de Janeiro, no qual a Polícia Civil negociou com o seqüestrador, que comandava de dentro da penitenciária, por meio de telefone celular. Em audiência com o Senhor

Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, discutiu-se a necessidade de recomendar a todos os Estados que providenciem a instalação, em suas unidades penais, de portais e esteiras eletrônicas para fins de controle, com vistas a reduzir a possibilidade de entrada de drogas e/ou armas. Registrou, ainda, que a resistência maior para a colocação de detectores de metais é dos membros da OAB que se opõem à revista. A Dra. Sandra Dond, Secretária de Justiça do Estado do Ceará, relatou que, nos presídios em que o setor administrativo está dentro do estabelecimento, há resistência de alguns funcionários em serem revistados. Disse que já foi sugerida ao DEPEN a construção da parte administrativa fora do presídio. A Dra. Rosângela Magalhães de Almeida, Diretora do DEPEN, comunicou que esta recomendação já foi acatada, e está na área da arquitetura para estudos. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Técio Lins e Silva que, referindo-se ao Plano de Segurança Pública, comentou ter sido um dos últimos a dele tomar conhecimento, acrescentando não ter a menor idéia de qual política criminal o Governo está propondo ao País, a não ser aquela divulgada pela imprensa. Na condição de membro do CNPCP, fez ver sua perplexidade, seu desânimo. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia concordou com a posição do Conselheiro Técio Lins e Silva e declarou sentir dificuldade em fazer uma análise do Plano, por simplesmente não conhecer seu teor. A Conselheira Ana Sofia indagou ao Presidente se não houve convocação para o Conselho opinar sobre a matéria. A Dra. Elizabeth Sussekund informou que o referido Plano estava sendo elaborado deste outubro do ano passado e que foram convidados representantes das ONGs e especialistas em segurança pública de alguns Estados, recolhendo informações em dois grandes encontros estaduais de Segurança Pública. O documento ficou pronto em janeiro do ano em curso, sendo discutido pelo Ministério da Justiça e a Secretária da Presidência da República. Disse, ainda, que se trata de um conjunto de medidas e não um plano na íntegra. Sugeriu que o Conselho convide o Ministro da Justiça para discutir o assunto na próxima reunião. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal destacou a falta de referência à reforma da Lei de Execução Penal; lembrou, a propósito, a extinta CELEP, e afirmou que, a seu juízo, o Ministério da Justiça sofreu um esvaziamento. A Dra. Elizabeth Sussekund disse que a saída de alguns setores já era desejada, por não terem vínculo com a função mais importante do Ministério da Justiça.. A Dra. Rosângela Magalhães de Almeida falou que, na sua opinião, o Plano não está acabado, devendo ocorrer, ainda, muitas discussões sobre seu conteúdo. O Presidente informou sobre o pouco conhecimento da íntegra do Plano e, pela sua importância, determinou à Secretaria do Conselho que o distribuisse aos Conselheiros para uma análise profunda do mesmo na próxima reunião. Disse, ainda, que, na gestão do Ministro José Carlos Dias, foi convocado para a primeira reunião sobre Segurança Pública e que nela foram definidas algumas medidas. Agradeceu a honra da presença da Dra. Elizabeth Sussekund que, em decorrência de outros compromissos, iria ausentar-se. Dando continuidade à reunião, o Presidente submeteu a **Ata** da reunião anterior ao crivo dos Conselheiros. Aprovada com as alterações propostas pelos Conselheiros César Oliveira de Barros Leal, Licínio Leal Barbosa e Vera Regina Müller. Passando à fase das **comunicações**, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal que, em nome da Procuradoria-Geral do Estado, manifestou contentamento em receber a todos em Fortaleza, pela segunda vez. Registrou o apoio de várias entidades: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; a Procuradoria Geral do Estado, a Defensoria Pública Geral do Estado, sob o comando da Dra. Nívea de Matos Nunes Rolim, que prestou uma contribuição valiosa; a OAB/CE; a Secretaria de Justiça do Estado do Ceará; a Associação dos Procuradores do Estado; a Academia Cearense de Letras; a Academia de Ciências Sociais e a Imprensa Oficial da UFC. Passou às mãos do Presidente um exemplar do livro *Prisión - Crepúsculo de una Era*, em espanhol, lançado no México, há pouco. Entregou, também, um exemplar da obra para a biblioteca do Conselho. Passou às mãos da Secretária quatro artigos para as próximas edições da revista do CNPCP. Por último, comunicou que retornará à cidade do México, posto que foi convidado para proferir palestra

sobre Delinquência Urbana e Segurança Pública no I Congresso Mundial sobre Segurança Pública, no período de 25 a 29 de julho. O Presidente felicitou-o pelo convite recebido e agradeceu, novamente, o apoio dos órgãos e os presentes oferecidos. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne, referindo-se à Resolução nº 02, de 31 de maio de 2000, do CNPCP, que trata da aplicação do FUNPEN, disse que, através de informações colhidas dos jornais, não se tem notícia acerca da aplicação de 90% da verba do FUNPEN. Os Conselheiros Frederico Guilherme Guariglia e Licínio Leal Barbosa reiteraram que o CNPCP é quem estabelece as diretrizes para aplicação do FUNPEN. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos sugeriu que, no início de cada ano, sejam encaminhadas ao DEPEN as resoluções com as diretrizes do ano subsequente, podendo o Conselho, assim, perquirir como será feita a sua aplicação. O Presidente constituiu Comissão formada pelos Conselheiros Vetuval Martins Vasconcelos, Mario Julio Pereira da Silva e Frederico Guilherme Guariglia, sob a presidência do primeiro, para apresentar proposta de aplicação do FUNPEN para o ano de 2001. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos agradeceu o voto de louvor recebido por iniciativa do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva, e deu notícia, ainda, de que participou, designado pelo Presidente, Dr. Ariosvado de Campos Pires, de reunião no dia 15 de junho sobre o Grupo de Trabalho Matricial DST/AIDS e Prisões, presentes também Dra. Rosangela Magalhães de Almeida, Diretora do DEPEN, representante do Ministério Público do DF, e outras autoridades. Na pauta da reunião, foi discutida a relação entre os serviços de saúde e sistemas prisionais, com ênfase ao estímulo e fortalecimento da assistência à saúde nos sistema penais e, ainda, o aumento de recursos materiais e humanos nesses sistemas, com a finalidade de cumprir recomendações do CNPCP. Agregou que, ao concluir, o Coordenador Nacional de DST/AIDS, Dr. Paulo Roberto Teixeira, fez elogios à atuação do Conselho ao editar normas de execução penal, citando como exemplo a Resolução que trata da Visita Íntima. Comunicou, ainda, a inauguração de um curso sobre Formação de Agentes Policiais em Direitos Humanos, ministrado pela Academia Nacional de Polícia Federal. O Conselheiro Cassio Castellarin falou sobre a última reunião no Ministério da Saúde, na qual se propôs uma Portaria Interministerial com o objetivo de viabilizar soluções para o problema. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia pediu que o Presidente levasse ao Ministro da Justiça essa sugestão. O Presidente solicitou que os Conselheiros Cassio Castellarin e Frederico Guilherme Guariglia redigissem uma minuta do ofício a ser encaminhado ao Ministro. O Presidente declarou, também, que fosse acrescentado o nome do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos à Comissão que trata do assunto DST/AIDS. Na sequência da reunião, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo 08016.003500/99-40. Assunto: MJ/DEPEN – Presidente do Conselho Executivo da Associação de Juizes para a democracia. Sugestões preliminares para alteração da Lei de Execução Penal. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: por voto de louvor à Associação de Juizes para a Democracia. Aprovado, à unanimidade, com destaque para publicação na Revista do CNPCP. **2)** Processo 08027.000131/97. Assunto PEC n.º 454/97, Deputado ANTONIO DO VALLE E OUTROS. Altera o art. 144 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Segurança Pública. Parecer do Conselheiro João Benedito de Azevedo Marques: pelo encaminhamento à SENASP para informações. Aprovado. **3)** Processo 08027.000316/00-05. Assunto PL n.º 2825/00, Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO. Assunto: Acrescenta o inciso VII ao art. 1º da Lei n.º 8.072/90, que dispõe sobre crimes hediondos. Parecer do Conselheiro Licínio Leal Barbosa: pela Rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **4)** Processo 08027.000417/00-12. Assunto PL n.º 3277/97, Deputado JAIR BOLSONARO. Assunto: Dispõe sobre o direito de o parlamentar comunicar-se, pessoal e reservadamente, com o cidadão, quando este se achar preso. Parecer do Conselheiro Licínio Leal Barbosa: pela Rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **5)** Processo 08027.0001133/99-11. Assunto PL n.º 311/99, Deputado ÊNIO BACCI. Assunto: Permite ao preso com AIDs em estágio avançado à

prisão domiciliar, exceto para crimes hediondos e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva: pela Rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo 08004.000400/99-73. Assunto Câmara Municipal de Bauru/SP. Requerimento 79/99 de autoria do Vereador JOSÉ EDUARDO FERNANDES ÁVILA, referente à excesso de contingente nas penitenciárias de Bauru. Parecer do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva: pela Rejeição. Aprovado, por maioria. **7)** Processo 08027.000325/00-98. Assunto PL n.º 714/99, Deputado GEDEL VIEIRA LIMA. Assunto: Altera a redação dos arts. 91 e 93 da Lei n.º 7.210, de 11/07/1984 da LEP e dispõe sobre a privatização da Colônias Agrícolas Industriais e das Casas do Albergado. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela Rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **8)** Processo 08027.000000383/99-89. Assunto PL n.º 478/99, Deputado RUBENS BUENO. Assunto: Dispõe sobre a indenização dos danos decorrentes do erro judiciário e da prisão indevida e outras providências. Parecer do Conselheiro Tício Lins e Silva: pelo Provimento do PL. Aprovado, à unanimidade. **9)** Processo 08004.002345/97-76. Assunto Professor Elionaldo Fernandes Julião, Projeto “Programa de Ressocialização”. Parecer do Conselheiro Tício Lins e Silva: Em diligência. Aprovado, à unanimidade. **10)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000164/00-51. Assunto: PEC n.º 169/99, do Deputado NELO RODOLFO. Altera o artigo 228 da Constituição Federal. Parecer do Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **11)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000163/00-98. Assunto: PEC n.º 167/99, do Deputado RONALDO VASCONCELOS E OUTROS. Altera o artigo 228 da Constituição Federal. Parecer do Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **12)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000180/00-15. Assunto: PEC n.º 150/99, do Deputado MARÇAL FILHO E OUTROS. Dá nova redação ao artigo 228 da Constituição Federal. Parecer do Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **13)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000154/00-05. Assunto: PL n.º 2.139/99, do Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY. Modifica os artigos 121 e 129 do Decreto-Lei n.º 2848, de 27/12/1940 (Código Penal). Parecer do Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **14)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000346/91-03. Assunto: PL n.º 152/91, do Senador MAURÍCIO CORRÊA. Define os crimes de uso indevido de computador e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **15)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000488/99-47. Assunto: PL n.º 306/99, do Senador LÚCIO ALCÂNTARA. Altera o art. 44 do Decreto-Lei n.º 2848, de 07/12/1940 Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **16)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000150/98-31. Assunto: PL n.º 270/99, do Deputado PAULO BALTAZAR. Suprime o artigo 295 do Decreto-Lei 3.689, de 1.941 (Código de Processo Penal) o artigo 66, da Lei n.º 5.250, de 09 de Fevereiro de 1967; e revoga as leis de n.ºs 799, de 1º de setembro de 1949; 2.860, de 31 de agosto de 1.956, 3.181, de 11 de junho de 1957, 3.988 de 24 de novembro de 1961 e 7172, de 14 de dezembro de 1983 (Código de Processo Penal). Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: a matéria em exame foge da competência do CNPCP. Aprovado, à unanimidade. **17)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000233/99-66. Assunto: Projeto de Lei Complementar n.º 12, do Deputado PAULO BALTAZAR. Revoga as Leis Complementares n.º 75, de 20 de maio de 1993, e n.º 80, de 12 de julho de 1984, referentes à prisão especial. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: a matéria em exame foge da competência do CNPCP. Aprovado, à unanimidade. **18)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000297/99-49. Assunto: PL n.º 1098/99, do Deputado MARÇAL FILHO. Suprime o direito à prisão especial dos diplomados em faculdades Superiores. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: a matéria em exame foge da competência do CNPCP. Aprovado, à unanimidade. **19)** Processo MJ/SAL n.º 08027.000484/99-96.

Assunto: PL n.º 342/99, do Senador LÚCIO ALCÂNTARA. Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei n.º 2848, de 07/12/1940 – Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pela aprovação. Aprovado, à unanimidade. Após a reunião, todos se dirigiram ao Auditório Celina Queiroz, na Universidade Federal de Fortaleza (UNIFOR), onde se deu a abertura do VI Fórum Nacional de Direito Penitenciário, no qual o Presidente do CNPCP proferiu palestra sobre Direito Penal Mínimo. Logo após a palestra, os Conselheiros e demais autoridades foram convidados para um jantar oferecido pelo Governador do Estado. No dia seguinte, no Auditório do Hotel Caesar Park realizou-se o “Seminário Regional sobre Penas Alternativas: Implantação e Controle” Região Nordeste, com participação do Colegiado. A abertura do evento teve a saudação do Presidente do Conselho e do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Logo após, a Conselheira Vera Regina Müller, Gerente da Central de Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas/SNJ/MJ, iniciou sua exposição, juntamente com representantes de outros Estados onde as Penas Alternativas estão sendo aplicadas. Os Conselheiros acompanharam os respectivos painéis e debates. Logo após o Seminário, o Colegiado participou, novamente, do VI Fórum Nacional de Direito Penitenciário, no qual os Conselheiros Maurício Kuehne, Licínio Leal Barbosa e João Benedicto de Azevedo Marques participaram de um painel sobre o tema “Alternativas Penais”. Após o Fórum, o Presidente agradeceu aos Conselheiros, elogiou os trabalhos desenvolvidos e deu por encerrada a Reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES

Presidente